

**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2017
(Processo Administrativo nº 08059.001059/2016-27)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Polícia Federal, por meio Diretoria Técnico-Científico, sediado(a).SAIS Qd 07, Lote 23, Asa Sul, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 26/04/2017

Horário: 10h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços de suprimento de informática e mídias de armazenamento ópticas e flash (pen drive), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. *O órgão gerenciador será o Diretoria Técnico-Científica.*

2.2. *São participantes os seguintes órgãos:*

2.2.1. *Exército Brasileiro - 16º Batalhão Logístico (4º Pel. Mnt. Ap/1960);*

2.2.2. *Exército Brasileiro – Departamento de Ciência e Tecnologia;*

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. *A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.*

motivada” (TCU, Ac. n. 757/2015 – Plenário – g.n.).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.3. que estejam reunidas em consórcio;

5.4. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.5. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

5.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.6. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.6.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. *valor unitário*

6.6.2. a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

6.6.2.1. em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

6.6.3. Marca;

6.6.4. Fabricante;

6.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazos de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;*

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. *O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.*

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor (unitário).

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 02 (zero vírgula dois por cento).

7.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

7.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

7.15. *Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.*

7.15.1. *Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.*

7.16. *Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.*

7.16.1. *Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.*

7.17. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7.18. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.18.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2 *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.*

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio

e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5. DAS AMOSTRAS

8.5.1. Será exigido que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra do(s) item(ns) cotado(s), sob pena de não aceitação da proposta, para todos os materiais especificados no item 1.1, conforme especificação do objeto descrito neste Termo de Referência.

8.5.1.1. O requerimento de amostras visa aferir a qualidade mínima pretendida quanto à adequação dos produtos a serem adquiridos e requisitada nas exigências deste Termo de Referência.

8.5.1.2. As amostras deverão ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação formal do pregoeiro, na Área de Material - ARMAT/SELOG/DITEC/PF, localizada no Instituto Nacional de Criminalística - INC, no SAIS, Quadra 07, Lote 23 - Setor Policial Sul - Brasília/DF no horário de 09h00min as 11h00min e 14h00min às 16h00min, em dias úteis. Nenhuma amostra será recebida fora do local, horário e/ou período acima estipulados.

8.5.1.3. Vencido o prazo de entrega da amostra, não será permitida a realização de ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante deste Termo de Referência.

8.5.1.4. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.

8.5.1.5. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.5.1.6. As amostras serão submetidas a análises e teste, a serem realizados pela Área de Tecnologia da Informação da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal (TI/DITEC/PF), visando à avaliação dos requisitos de qualidade e a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência. Persistindo qualquer dúvida sobre a procedência e a qualidade dos cartuchos toners e insumos, a Administração poderá realizar diligências que se julgarem necessárias.

8.5.1.7. A Área de Tecnologia da Informação - TI/DITEC/PF emitirá parecer opinando sobre a aprovação ou não da proposta e da amostra analisada, para cada item, com a finalidade de subsidiar e fundamentar a decisão do Pregoeiro, no que tange à qualidade dos produtos ofertados;

8.5.1.8. As amostras apresentadas poderão ser abertas, manuseadas, desmontadas, receber cortes, seções, vincos ou movimentos nas peças, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica, sem ônus para a Administração.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

- 8.5.1.9. O produto apresentado como amostra deverá estar de acordo com as seguintes instruções:
- a) atender a todas as exigências deste Termo de Referência;
 - b) conter 01 (uma) unidade de amostra, conforme item 1.1 deste Termo de Referência, para cada item que a licitante houver ganhado;
 - c) estar acondicionada em embalagem com lacre original de fábrica e identificada com os dados da empresa licitante que a enviou, bem como com a indicação do único ITEM correspondente;
 - d) ter características técnicas, marca, modelo e forma de apresentação idênticas ao produto proposto e que será entregue posteriormente, caso a empresa seja vencedora do item;
 - e) ser original de fábrica, não sendo de forma alguma, resultado de processo de recondicionamento, remanufaturamento, reciclagem, reaproveitamento, falsos ou falsificados, ou seja, deverá ser de primeiro uso;
 - f) ser encaminhada para o endereço previsto no Edital e no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de solicitação.
- 8.5.1.10. A avaliação da amostra levará em conta os seguintes fatores:
- a) conformidade com as características e especificações técnicas;
 - b) qualidade e desempenho;
 - c) funcionalidade com os equipamentos existentes na DITEC/PF;
 - d) conformidade com todas as exigências deste Termo de Referência.
- 8.5.1.11. Se aprovada, a amostra apresentada será retida até o recebimento definitivo dos produtos da primeira solicitação para o item em questão, para que seja comparada com os entregues.
- 8.5.1.12. Os testes aos quais as amostras serão submetidas dar-se-ão da seguinte forma:

1ª FASE

- a) Análise criteriosa das embalagens. Ocorrendo a desclassificação, não será submetido à fase subsequente;
- b) Laudo fotográfico a partir do recebimento e do procedimento de abertura da amostra;
- c) Não serão aceitos cartuchos de toners que apresentem vestígios de vazamento nesta fase; e
- d) As amostras deverão vir embaladas e lacradas de forma a proteger o material da ação da luz, poeira, umidade, além de conter marca do fabricante, validade e constar referência do material entregue.

2ª FASE:

- a) Análise visual do toner e insumos. Ocorrendo a desclassificação, não será submetido à fase subsequente;
- b) Laudo fotográfico da abertura do invólucro da amostra e da própria amostra;
- c) Não serão aceitos cartuchos de toners que apresentarem vestígios de vazamento;
- d) Serão analisados aspectos que apresentem indícios de toners remanufaturados, reconicionados, reciclados, reaproveitados, falsificados ou falsos, sendo considerado como tal o que dispõe a Decisão nº 1622/202 – Plenário do Tribunal de Contas da União.

3ª FASE:

- a) Teste de qualidade de impressão;
 - b) 6.13.3.2 Não serão aceitos cartuchos de toners que apresentarem vestígios de vazamento ou entupimento nesta fase;
 - c) 6.13.3.3 Não serão aceitas amostras que apresentarem falhas no teste de impressão consistindo em:
 - I. Impressão de uma folha com preenchimento total da área de impressão com a(s) cor(es) do produto ofertado;
 - II. Impressão de uma folha com preenchimento do alfabeto em português brasileiro com a(s) cor(es) do produto ofertado;
 - III. Impressão de imagem contendo paleta de cores; e
 - IV. Impressão de imagem para aferir espessuras de linhas.
- 8.5.1.13. No julgamento da amostra serão considerados os seguintes critérios:
- a) O atendimento às disposições do Edital e do Termo de Referência, em especial às de item 1.1 deste;
 - b) A observância às disposições dadas pela legislação vigente e pelas normas dos órgãos oficiais de controle;
 - c) O parecer técnico emitido pela Área de Tecnologia da Informação-TI/DITEC/PF.
- 8.5.1.14. As amostras serão analisadas pela Área de Tecnologia da Informação - TI/DITEC/PF, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, o qual emitirá parecer, em que constará “APROVADO”, “ADMITIDO PROVISORIAMENTE COM RESSALVAS” ou “REPROVADO”.
- 8.5.1.15. A hipótese de “ADMITIDO PROVISORIAMENTE COM RESSALVAS” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e à funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de até 5 (cinco) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de novas amostras.
- 8.5.1.16. Após as correções ou apresentação das novas amostras, a Área de Tecnologia da Informação/DITEC emitirá novo parecer, em que constará “APROVADO” ou “REPROVADO”.
- 8.5.1.17. Caso a amostra seja aceita pela área técnica responsável, o material da amostra, a critério da Administração, poderá ou não fazer parte do quantitativo total a ser entregue posteriormente, responsabilizando-se a empresa pelo envio da diferença.
- 8.5.1.18. Será considerada tecnicamente aprovada para o item aquela amostra que apresentar pleno atendimento a todos os requisitos estabelecidos no Edital, no Termo de Referência, especialmente as constantes no item 1.1, quanto às especificações do produto, e às determinações legais, independentemente de aqui estarem citadas, bem como receber parecer técnico favorável emitido pela Área de Tecnologia da Informação -TI/DITEC/PF.
- 8.5.1.19. Caso as amostras sejam reprovadas, a empresa licitante deverá recolhê-las no prazo de até 10 (dez) dias corridos e, por ter sido submetida à análise técnica, poderão estar com embalagens e lacres rompidos.
- 8.5.1.20. Caso a empresa não retire a amostra no prazo estipulado, a Administração descartará ou aproveitará a amostra, de acordo com sua conveniência e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

oportunidade, não cabendo às empresas ressarcimento ou requerê-las após esse prazo.

- 8.5.1.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.5.1.22. O ônus dos custos com envio e retirada das amostras será de total responsabilidade da licitante.
- 8.5.1.23. Caso solicitado, a não apresentação ou reprovação das amostras desclassificará o licitante, cabendo ao pregoeiro a convocação da licitante remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.
- 8.5.1.24. A constatação de que a amostra não atende quaisquer das exigências deste Termo de Referência ensejará a desclassificação da licitante para o respectivo item.
- 8.5.1.25. Será reprovada a amostra apresentada em desacordo com a especificação técnica solicitada e que não apresentar qualidade desejada ou deixar de atender as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.5.1.26. Não serão aceitos cartuchos de toners e insumos remanufaturados, recondicionados, reciclados, reaproveitados, falsificados ou falsos, sendo considerados como tal o que dispõe a Decisão nº 1622/2002 – Plenário do Tribunal de Contas da União.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas .) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.4. **Habilitação jurídica:**

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6. *As empresas, cadastradas ou*

9.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail selic.ditec@dpf.gov.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ..., após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), fac-símile (fax) ou e-mail.

9.8.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.9.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.10. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.14. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. *A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:*

11.1.1. *ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*

11.1.2. *conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*

11.2. *A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.*

11.2.1. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.*

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente,

sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) publicação seu extrato no DOU. prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

15.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

15.2.1. A adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

15.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
 - 20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - 21.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
 - 21.1.2. apresentar documentação falsa;
 - 21.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 21.1.5. não manter a proposta;
 - 21.1.6. cometer fraude fiscal;
 - 21.1.7. comportar-se de modo inidôneo;
- 21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.3.1. Multa de ...% (. por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail Selic.ditec@dpf.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Diretoria Técnico-Científica, SAIS qd 07 LOTE 23, Asa Sul – DF /Área de licitações..
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço SAIS Qd 07, lote 23, Asa sul – Brasília/DF, nos dias úteis, no horário das 09:00.. horas às .17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 23.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 23.10.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
 - 23.10.3. ANEXO III – Ata de Registro de Preços;

Brasília, 14 de março de 2017

JOSÉ JAIR WERMANN
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico – DITEC/DPF

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**Sistema de Registro de Preço
PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

**DITEC/DPF
PREGÃO Nº 02/2017
(Processo Administrativo n.º 08059.001059/2016-27)**

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de suprimento de informática e mídias de armazenamento ópticas e flash (pen drive), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

Órgão gerenciador: DITEC/PF				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
1	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 4650 , referência C9720A , cor tinta preta , com rendimento para 9.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	48	549,00
2	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 4650 , referência C9721A , cor tinta ciano , com rendimento para 8.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	27	768,00
3	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 4650 , referência C9722A , cor tinta amarelo , com rendimento para 8.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade	Unidade	27	778,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

	posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.			
4	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 4650 , referência C9723A , cor tinta magenta , com rendimento para 8.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	27	768,00
5	Cartucho de Toner novo para impressora Samsung SCX-5835NX , referência MLT-D208L/XAZ , cor tinta preta , original do fabricante SAMSUNG ou homologado pelo fabricante da impressora, comprovado mediante declaração emitida pelo fabricante da impressora, uma vez que a impressora encontra-se na garantia e o uso de suprimentos de outras marcas possui restrições do fabricante da impressora e poderá acarretar a perda da garantia dos equipamentos ^[1] . Rendimento para 10.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica e de primeiro uso, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	120	388,00
6	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 2420DN , referência Q6511X , cor tinta preto , com rendimento para 12.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não	Unidade	14	376,66



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

	sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.			
7	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 3800 , referência Q7581A , cor tinta ciano , com rendimento para 6.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	04	850,00
8	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 3800 , referência Q7582A , cor tinta amarelo , com rendimento para 6.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	04	850,00
9	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 3800 , referência Q7583A , cor tinta magenta , com rendimento para 6.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	04	850,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

10	Kit Fusor novo para impressora HP Laserjet 4650 , 110 volts, referência Q3676A , com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. O produto deve ser original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, deverá ser de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	3	820,00
11	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 3800 , referência Q6470A , cor tinta preto , com rendimento para 6.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	06	329,83
12	Kit Transferência novo para impressora HP Laserjet 4650 , referência Q3675A , com rendimento para 120.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. O produto deve ser original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, deverá ser de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	3	1.110,00
13	Cartucho de toner novo para impressora HP Laserjet colorida CP2025 , referência CC530A , cor tinta preto , com rendimento para 3.500 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte	Unidade	5	165,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

	em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.			
14	Cartucho de toner novo para impressora HP Laserjet colorida CP2025 , referência CC531A , cor tinta ciano , com rendimento para 2.800 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	3	540,00
15	Cartucho de toner novo para impressora HP Laserjet colorida CP2025 , referência CC532A , cor tinta amarelo , com rendimento para 2.800 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	3	540,00
16	Cartucho de toner novo para impressora HP Laserjet colorida CP2025 , referência CC533A , cor tinta magenta , com rendimento para 2.800 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	3	540,00
17	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9403A , cor tinta preto fosco , com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de	Unidade	04	510,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

	validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.			
18	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9371A , cor tinta ciano , com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	04	449,00
19	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9372A , cor tinta magenta , com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	04	480,00
20	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9373A , cor tinta amarelo , com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	04	480,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

21	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9370A , cor tinta preto fotográfico , com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	04	509,70
22	Cabeçote de Impressão novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9380A , cor preto fotográfico e cinza , com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	04	410,00
23	Cabeçote de Impressão novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9383A , cor magenta e ciano , com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	04	340,00
24	Cabeçote de Impressão novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9384A , cor preto e amarelo , com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu	Unidade	04	470,98



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

	transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.			
25	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 5550 , referência C9730A , cor tinta preta , com rendimento para 13.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	20	887,00
26	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 5550 , referência C9733A , cor tinta magenta , com rendimento para 12.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	15	800,00
27	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 5550 , referência C9732A , cor tinta amarelo , com rendimento para 12.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	15	860,00
28	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 5550 , referência C9731A , cor tinta ciano , com rendimento para 12.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de	Unidade	15	945,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

	fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.			
29	Kit Transferência novo para impressora HP Laserjet 5550 , referência C9734B , com rendimento para 120.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. O produto deve ser original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, deverá ser de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	5	3.300,00
30	Kit Fusor novo para impressora HP Laserjet 5550 , referência Q3984A , com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. O produto deve ser original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, deverá ser de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	5	1.500,00
31	Cartucho de Toner novo para impressora XEROX 6605 , High Capacity Black, DMO, referência 106R02236 , cor tinta preto , original do fabricante XEROX ou homologado pelo fabricante da impressora, comprovado mediante declaração emitida pelo fabricante da impressora, uma vez que a impressora encontra-se na garantia e o uso de suprimentos de outras marcas possui restrições do fabricante da impressora e poderá acarretar a perda da garantia dos equipamentos ^[2] . Rendimento para 8.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica e de primeiro uso, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu	Unidade	48	479,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

	<p>transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.</p> <p>O TCU, através do acórdão 860/2011-plenário do TCU, admite como legal cláusula editalícia que exija que suprimentos e/ou peças de reposição de equipamentos de informática sejam da mesma marca dos equipamentos originais ou de outros fabricantes, desde que certificados pelo fabricante original do equipamento, quando estes se encontrarem no prazo de garantia e os termos da garantia consignarem que não cobrirá defeitos ocasionados pela utilização de hardware não original ou não comprovadamente compatível com produtos XEROX.</p>			
32	<p>Cartucho de Toner novo para impressora XEROX 6605, High Capacity Cyan, DMO, referência 106R02233, cor tinta ciano, original do fabricante XEROX ou homologado pelo fabricante da impressora, comprovado mediante declaração emitida pelo fabricante da impressora, uma vez que a impressora encontra-se na garantia e o uso de suprimentos de outras marcas possui restrições do fabricante da impressora e poderá acarretar a perda da garantia dos equipamentos^[3]. Rendimento para 6.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica e de primeiro uso, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.</p> <p>O TCU, através do acórdão 860/2011-plenário do TCU, admite como legal cláusula editalícia que exija que suprimentos e/ou peças de reposição de equipamentos de informática sejam da mesma marca dos equipamentos originais ou de outros fabricantes, desde que certificados pelo fabricante original do equipamento, quando estes se encontrarem no prazo de garantia e os termos da garantia consignarem que não cobrirá defeitos ocasionados pela utilização de hardware não original ou não comprovadamente compatível com produtos XEROX.</p>	Unidade	30	765,00
33	<p>Cartucho de Toner novo para impressora XEROX 6605, High Capacity Magenta, DMO, referência 106R02234, cor tinta magenta, original do fabricante XEROX ou homologado pelo fabricante da impressora, comprovado mediante declaração emitida pelo fabricante da impressora, uma vez que a impressora encontra-se na garantia e o uso de suprimentos de outras marcas possui restrições do fabricante da impressora e poderá acarretar a perda da garantia dos equipamentos^[4]. Rendimento para 6.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do</p>	Unidade	30	765,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

	<p>material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica e de primeiro uso, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.</p> <p>O TCU, através do acórdão 860/2011-plenário do TCU, admite como legal cláusula editalícia que exija que suprimentos e/ou peças de reposição de equipamentos de informática sejam da mesma marca dos equipamentos originais ou de outros fabricantes, desde que certificados pelo fabricante original do equipamento, quando estes se encontrarem no prazo de garantia e os termos da garantia consignarem que não cobrirá defeitos ocasionados pela utilização de hardware não original ou não comprovadamente compatível com produtos XEROX.</p>			
34	<p>Cartucho de Toner novo para impressora XEROX 6605, High Capacity Yellowa, DMO, referência 106R02235, cor tinta amarelo, original do fabricante XEROX ou homologado pelo fabricante da impressora, comprovado mediante declaração emitida pelo fabricante da impressora, uma vez que a impressora encontra-se na garantia e o uso de suprimentos de outras marcas possui restrições do fabricante da impressora e poderá acarretar a perda da garantia dos equipamentos^[5]. Rendimento para 6.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica e de primeiro uso, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.</p>	Unidade	30	780,00
35	<p>Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 1022, referência Q2612A, cor tinta preto, com rendimento para 2.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue</p>	Unidade	6	23,50



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

	em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.			
36	Ribbon de Cera Preto (Fita de Transferência Térmica), novo, para uso em impressora ZEBRA TLP-2844 , com tamanho de 110mm x 75m, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e prazo de validade de pelo menos um ano. Deve ser original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso.	Unidade	20	26,66
37	Etiqueta de Endereçamento para impressora ZEBRA TLP-2844 , cor branca, Papel Bopp adesivo, 50mm largura x 30mm altura, rolo com 1000 etiquetas, 1 (uma) coluna.	Rolo	20	52,00
38	Mídia CD-R , capacidade 700MB / 80MIN, suportar gravação em 52X, diâmetro da mídia 120mm, tubo com 100 unidades.	Tubo	05	120,00
39	Mídia DVD-RW , capacidade 4,7GB / 120 MIN para vídeo, suportar gravação em 4X, tubo com 50 unidades.	Tubo	05	174,53
40	Mídia CD-RW , capacidade 700MB/80MIN, suportar gravação em 12X, tubo com 50 unidades.	Tubo	05	78,48
41	Mídia DVD-R , capacidade 4,7GB / 120MIN para vídeo, suportar gravação em 16X, tubo com 100 unidades.	Tubo	05	79,37
42	Dispositivo de armazenamento em memória flash USB, do tipo Pen Drive , novo, com capacidade de armazenamento mínima de 16GB , Interface USB 3.0 ou superior, deve suportar taxa de leitura de dados de 100 MB/seg, deve ser compatível com sistema operacional Windows 7 ou superior.	Unidade	70	47,92
43	Kit de manutenção novo para impressora XEROX , referência 108R01121 , original do fabricante XEROX ou homologado pelo fabricante da impressora, comprovado mediante declaração emitida pelo fabricante da impressora, uma vez que a impressora encontra-se na garantia e o uso de suprimentos de outras marcas possui restrições do fabricante da impressora e poderá acarretar na perda da garantia dos equipamentos ^[6] . Rendimento para 60.000 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e a data final de validade deverá ser posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O Kit de manutenção deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	06	2944,26



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

44	Cartucho de Toner novo para impressora colorida HP Laser JetPro M452dn, referência CF410XB , cor tinta preto , com rendimento para 6.500 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	06	1.046,67
45	Cartucho de Toner novo para impressora colorida HP Laser JetPro M452dn, referência CF413XB , cor tinta magenta , com rendimento para 2.300 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	04	1.029,01
46	Cartucho de Toner novo para impressora colorida HP Laser JetPro M452dn, referência CF411AB , cor tinta ciano , com rendimento para 2.300 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.	Unidade	04	749,70
47	Cartucho de Toner novo para impressora colorida HP Laser JetPro M452dn, referência CF412AB , cor tinta amarela , com rendimento para 2.300 páginas, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto ou na embalagem a inscrição, impressa pelo fabricante do toner, da data de fabricação. Toner original de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de	Unidade	04	748,30



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

	processo de recondicionamento ou remanufaturamento, ou seja, de primeiro uso. O toner deve estar condicionado com suporte em papelão, isopor ou plástico de forma a impedir impactos gerados em seu transporte além de ser entregue em caixa lacrada com fita de segurança do próprio fabricante.			
48	Mídia de armazenamento nova, tipo Blu-ray de boa qualidade; BDR-R gravável; capacidade: 25GB-135 minutos-singler layer; velocidade de gravação 4~6X; superfície branca ou prata, fosca para impressão; embalagem lacrada, pode ser com capa plástica ou pino; compatibilidade com Blu-Ray players e aparelhos com leitor Blue-Ray; garantia de 12(doze) meses.	Unidade	5000	2,45
49	Mídia DVD Dual Layer DVD+RDL gravável; capacidade: 8.5GB - 240 minutos; superfície branca ou prata, fosca para impressão; velocidade de gravação: 8X.	Unidade	3000	2,56

Órgão Participante: Comando do Exército/16 Batalhão Logístico – MEX/DF

Endereço para entrega: Avenida Duque de Caxias, s/n, Setor Militar Urbano-DF, 70.630-100

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
1	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 4650 , referência C9720A , cor tinta preta , com rendimento para 9.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	30	549,00
2	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 4650 , referência C9721A , cor tinta ciano , com rendimento para 8.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	10	768,00
3	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 4650 , referência C9722A , cor tinta amarelo , com rendimento para 8.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	20	778,00
4	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 4650 , referência C9723A , cor tinta magenta , com rendimento para 8.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	22	768,00
6	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 2420DN , referência Q6511X , cor tinta preto , com rendimento para 12.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	10	376,66
7	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 3800 , referência Q7581A , cor tinta ciano , com	Unidade	02	850,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

	rendimento para 6.000 páginas, , nas mesmas condições do órgão gerenciador.			
8	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 3800 , referência Q7582A , cor tinta amarelo , com rendimento para 6.000 páginas, , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	03	850,00
9	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 3800 , referência Q7583A , cor tinta magenta , com rendimento para 6.000 páginas, , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	03	850,00
10	Kit Fusor novo para impressora HP Laserjet 4650 , 110 volts, referência Q3676A , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	02	820,00
11	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 3800 , referência Q6470A , cor tinta preto , com rendimento para 6.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	05	329,83
12	Kit Transferência novo para impressora HP Laserjet 4650 , referência Q3675A , com rendimento para 120.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	03	1.110,00
13	Cartucho de toner novo para impressora HP Laserjet colorida CP2025 , referência CC530A , cor tinta preto , com rendimento para 3.500 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	04	165,00
14	Cartucho de toner novo para impressora HP Laserjet colorida CP2025 , referência CC531A , cor tinta ciano , com rendimento para 2.800 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	03	540,00
15	Cartucho de toner novo para impressora HP Laserjet colorida CP2025 , referência CC532A , cor tinta amarelo , com rendimento para 2.800 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	03	540,00
16	Cartucho de toner novo para impressora HP Laserjet colorida CP2025 , referência CC533A , cor tinta magenta , com rendimento para 2.800 páginas nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	03	540,00
17	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9403A , cor tinta preto fosco , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	03	510,00
18	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9371A , cor tinta ciano , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	03	449,00
19	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9372A , cor tinta magenta , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	03	480,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

20	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9373A , cor tinta amarelo , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	04	480,00
21	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9370A , cor tinta preto fotográfico , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	03	509,70
25	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 5550 , referência C9730A , cor tinta preta , com rendimento para 13.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	10	887,00
26	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 5550 , referência C9733A , cor tinta magenta , com rendimento para 12.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	10	800,00
27	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 5550 , referência C9732A , cor tinta amarelo , com rendimento para 12.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	10	860,00
28	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 5550 , referência C9731A , cor tinta ciano , com rendimento para 12.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	10	945,00
31	Cartucho de Toner novo para impressora XEROX 6605 , High Capacity Black, DMO, referência 106R02236 , cor tinta preto , original do fabricante XEROX ou homologado pelo fabricante da impressora, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	05	479,00
32	Cartucho de Toner novo para impressora XEROX 6605 , High Capacity Cyan, DMO, referência 106R02233 , cor tinta ciano , original do fabricante XEROX ou homologado pelo fabricante da impressora, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	10	765,00
33	Cartucho de Toner novo para impressora XEROX 6605 , High Capacity Magenta, DMO, referência 106R02234 , cor tinta magenta , original do fabricante XEROX ou homologado pelo fabricante da impressora, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	20	765,00
34	Cartucho de Toner novo para impressora XEROX 6605 , High Capacity Yellowa, DMO, referência 106R02235 , cor tinta amarelo , original do fabricante XEROX ou homologado pelo fabricante da impressora, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	20	780,00
35	Cartucho de Toner novo para impressora HP Laserjet 1022 , referência Q2612A , cor tinta preto , com rendimento para 2.000 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	03	23,50



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

38	Mídia CD-R , capacidade 700MB / 80MIN, suportar gravação em 52X, diâmetro da mídia 120mm, tubo com 100 unidades.	Tubo	03	120,00
42	Dispositivo de armazenamento em memória flash USB, do tipo Pen Drive , novo, com capacidade de armazenamento mínima de 16GB , Interface USB 3.0 ou superior, deve suportar taxa de leitura de dados de 100 MB/seg, deve ser compatível com sistema operacional Windows 7 ou superior.	Unidade	150	47,92
44	Cartucho de Toner novo para impressora colorida HP Laser JetPro M452dn, referência CF410XB , cor tinta preto , com rendimento para 6.500 páginas, nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	02	1.046,67
48	Mídia de armazenamento nova, tipo Blu-ray de boa qualidade; BDR-R gravável; capacidade: 25GB-135 minutos-singler layer; velocidade de gravação 4~6X; superfície branca ou prata, fosca para impressão; embalagem lacrada, pode ser com capa plástica ou pino; compatibilidade com Blu-Ray players e aparelhos com leitor Blue-Ray; garantia de 12(doze) meses.	Unidade	300	2,45
49	Mídia DVD Dual Layer DVD+RDL gravável; capacidade: 8.5GB - 240 minutos; superfície branca ou prata, fosca para impressão; velocidade de gravação: 8X.	Unidade	300	2,56

Órgão Participante: Comando do Exército/Departamento de Ciência e Tecnologia

Endereço para entrega: Avenida do Exército, S/N, SMU, QGEx, Brasília-DF, 70.630-901

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
17	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9403A , cor tinta preto fosco , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	06	510,00
18	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9371A , cor tinta ciano , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	06	449,00
19	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9372A , cor tinta magenta , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	06	480,00
20	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9373A , cor tinta amarelo , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	06	480,00
21	Cartucho de toner novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9370A , cor tinta preto fotográfico , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	06	509,70



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

22	Cabeçote de Impressão novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9380A , cor preto fotográfico e cinza , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	06	410,00
23	Cabeçote de Impressão novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9383A , cor magenta e ciano , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	06	340,00
24	Cabeçote de Impressão novo para impressora HP Designjet T1100 , referência C9384A , cor preto e amarelo , nas mesmas condições do órgão gerenciador.	Unidade	06	470,98
42	Dispositivo de armazenamento em memória flash USB, do tipo Pen Drive , novo, com capacidade de armazenamento mínima de 16GB , Interface USB 3.0 ou superior, deve suportar taxa de leitura de dados de 100 MB/seg, deve ser compatível com sistema operacional Windows 7 ou superior.	Unidade	50	47,92

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação justifica-se em razão da eminente necessidade de suprir as impressoras dos diversos Setores, Áreas e Divisões da Diretoria Técnico-Científica-DITEC/DPF nos exercícios de 2016/2017, conforme estimativa de consumo, considerando levantamento de quantitativo de impressoras da DITEC, realizado pela Área de Material-ARMAT/SELOG/DITEC/DPF, levando em consideração a capacidade de produção de cada equipamento e suas características, tais como número de páginas impressas, tendência de aumento nas atividades dos serviços de perícia, bem como a reprovação da maioria dos itens do processo de aquisição anterior, em função das empresas vencedoras não terem entregado os materiais em conformidade com as especificações constantes no Edital, prejudicando a realização de estimativa por período de consumo de exercícios anteriores.
- 2.2. Com relação aos itens 5, 31, 32, 33 e 34 da lista, os equipamentos que utilizarão tais suprimentos estão em garantia contratual. Por este motivo, foi solicitado que os suprimentos sejam originais do fabricante da impressora ou homologados pelo fabricante da impressora, comprovado mediante declaração emitida pelo fabricante da impressora ou constante em seu sítio eletrônico oficial (o endereço deverá ser informado impreterivelmente junto à proposta técnica enviada ao pregoeiro), uma vez que os termos de garantia dos fabricantes consignam que não cobrirão defeitos ocasionados pela utilização de hardware não original do fabricante da impressora ou não comprovadamente reconhecidos pela fabricante da impressora como compatível com seus equipamentos, como no caso de suprimentos e/ou peças de outras marcas.
- 2.3. Tal solicitação foi embasada em decisão do TCU, que através do acórdão 860/2011- plenário do TCU, admite como legal cláusula editalícia que exija que suprimentos e/ou peças de reposição de equipamentos de informática sejam da mesma marca dos equipamentos originais ou certificados pelo fabricante do equipamento, quando esses se encontrarem no prazo de garantia e os termos da garantia consignarem que ela não cobrirá defeitos ocasionados pela utilização de suprimentos e/ou peças de outras marcas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. O objeto, em referência, se enquadra na classificação de bens comuns, conforme art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS:

Os materiais deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

- 4.1. Os materiais deverão respeitar os mesmos requisitos para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO – como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 4.2. Os materiais não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.3. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre os presentes requisitos.
- 4.4. A critério do Contratante, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, poderão ser realizadas diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.
- 4.5. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da solicitação da contratante, conforme a necessidade do órgão gerenciador, no seguinte endereço: Área de Material - ARMAT/SELOG/DITEC/DPF, localizada no Instituto Nacional de Criminalística, no SAIS, Quadra 07, Lote 23 - Setor Policial Sul – no horário de 09h00min as 11h00min e 14h00min às 16h00min horas..
- 5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a amostra recebida e com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com a amostra apresentada e com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DAS AMOSTRAS

6.1. Será exigido que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra do(s) item(ns) cotado(s), sob pena de não aceitação da proposta, para todos os materiais especificados no item 1.1, conforme especificação do objeto descrito neste Termo de Referência.

6.1.1. O requerimento de amostras visa aferir a qualidade mínima pretendida quanto à adequação dos produtos a serem adquiridos e requisitada nas exigências deste Termo de Referência.

6.1.2. As amostras deverão ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação formal do pregoeiro, na Área de Material - ARMAT/SELOG/DITEC/PF, localizada no Instituto Nacional de Criminalística - INC, no SAIS, Quadra 07, Lote 23 - Setor Policial Sul - Brasília/DF no horário de 09h00min às 11h00min e 14h00min às 16h00min, em dias úteis. Nenhuma amostra será recebida fora do local, horário e/ou período acima estipulados.

6.1.3. Vencido o prazo de entrega da amostra, não será permitida a realização de ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante deste Termo de Referência.

6.1.4. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.

6.1.5. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.1.6. As amostras serão submetidas a análises e teste, a serem realizados pela Área de Tecnologia da Informação da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal (TI/DITEC/PF), visando à avaliação dos requisitos de qualidade e a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência. Persistindo qualquer dúvida sobre a procedência e a qualidade dos cartuchos toners e insumos, a Administração poderá realizar diligências que se julgarem necessárias.

6.1.7. A Área de Tecnologia da Informação - TI/DITEC/PF emitirá parecer opinando sobre a aprovação ou não da proposta e da amostra analisada, para cada item, com a finalidade de subsidiar e fundamentar a decisão do Pregoeiro, no que tange à qualidade dos produtos ofertados;

6.1.8. As amostras apresentadas poderão ser abertas, manuseadas, desmontadas, receber cortes, seções, vinhos ou movimentos nas peças, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica, sem ônus para a Administração.

6.1.9. O produto apresentado como amostra deverá estar de acordo com as seguintes instruções:
a) atender a todas as exigências deste Termo de Referência;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

- b) conter 01 (uma) unidade de amostra, conforme item 1.1 deste Termo de Referência, para cada item que a licitante houver ganhado;
 - c) estar acondicionada em embalagem com lacre original de fábrica e identificada com os dados da empresa licitante que a enviou, bem como com a indicação do único ITEM correspondente;
 - d) ter características técnicas, marca, modelo e forma de apresentação idênticas ao produto proposto e que será entregue posteriormente, caso a empresa seja vencedora do item;
 - e) ser original de fábrica, não sendo de forma alguma, resultado de processo de recondicionamento, remanufaturamento, reciclagem, reaproveitamento, falsos ou falsificados, ou seja, deverá ser de primeiro uso;
 - f) ser encaminhada para o endereço previsto no Edital e no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de solicitação.
- 6.1.10. A avaliação da amostra levará em conta os seguintes fatores:
- a) conformidade com as características e especificações técnicas;
 - b) qualidade e desempenho;
 - c) funcionalidade com os equipamentos existentes na DITEC/PF;
 - d) conformidade com todas as exigências deste Termo de Referência.
- 6.1.11. Se aprovada, a amostra apresentada será retida até o recebimento definitivo dos produtos da primeira solicitação para o item em questão, para que seja comparada com os entregues.
- 6.1.12. Os testes aos quais as amostras serão submetidas dar-se-ão da seguinte forma:
- 1ª FASE
- a) Análise criteriosa das embalagens. Ocorrendo a desclassificação, não será submetido à fase subsequente;
 - b) Laudo fotográfico a partir do recebimento e do procedimento de abertura da amostra;
 - c) Não serão aceitos cartuchos de toners que apresentem vestígios de vazamento nesta fase; e
 - d) As amostras deverão vir embaladas e lacradas de forma a proteger o material da ação da luz, poeira, umidade, além de conter marca do fabricante, validade e constar referência do material entregue.
- 2ª FASE:
- a) Análise visual do toner e insumos. Ocorrendo a desclassificação, não será submetido à fase subsequente;
 - b) Laudo fotográfico da abertura do invólucro da amostra e da própria amostra;
 - c) Não serão aceitos cartuchos de toners que apresentem vestígios de vazamento;
 - d) Serão analisados aspectos que apresentem indícios de toners remanufaturados, reconicionados, reciclados, reaproveitados, falsificados ou falsos, sendo considerado como tal o que dispõe a Decisão nº 1622/202 – Plenário do Tribunal de Contas da União.
- 3ª FASE:
- a) Teste de qualidade de impressão;
 - b) Não serão aceitos cartuchos de toners que apresentem vestígios de vazamento ou entupimento nesta fase;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

- c) Não serão aceitas amostras que apresentarem falhas no teste de impressão consistindo em:
- I. Impressão de uma folha com preenchimento total da área de impressão com a(s) cor(es) do produto ofertado;
 - II. Impressão de uma folha com preenchimento do alfabeto em português brasileiro com a(s) cor(es) do produto ofertado;
 - III. Impressão de imagem contendo paleta de cores; e
 - IV. Impressão de imagem para aferir espessuras de linhas.
- 6.1.13. No julgamento da amostra serão considerados os seguintes critérios:
- I. O atendimento às disposições do Edital e do Termo de Referência, em especial às de item 1.1 deste;
 - II. A observância às disposições dadas pela legislação vigente e pelas normas dos órgãos oficiais de controle;
 - III. O parecer técnico emitido pela Área de Tecnologia da Informação-TI/DITEC/PF.
- 6.1.14. As amostras serão analisadas pela Área de Tecnologia da Informação - TI/DITEC/PF, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, o qual emitirá parecer, em que constará “APROVADO”, “ADMITIDO PROVISORIAMENTE COM RESSALVAS” ou “REPROVADO”.
- 6.1.15. A hipótese de “ADMITIDO PROVISORIAMENTE COM RESSALVAS” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e à funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de até 5 (cinco) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de novas amostras.
- 6.1.16. Após as correções ou apresentação das novas amostras, a Área de Tecnologia da Informação/DITEC emitirá novo parecer, em que constará “APROVADO” ou “REPROVADO”.
- 6.1.17. Caso a amostra seja aceita pela área técnica responsável, o material da amostra, a critério da Administração, poderá ou não fazer parte do quantitativo total a ser entregue posteriormente, responsabilizando-se a empresa pelo envio da diferença.
- 6.1.18. Será considerada tecnicamente aprovada para o item aquela amostra que apresentar pleno atendimento a todos os requisitos estabelecidos no Edital, no Termo de Referência, especialmente as constantes no item 1.1, quanto às especificações do produto, e às determinações legais, independentemente de aqui estarem citadas, bem como receber parecer técnico favorável emitido pela Área de Tecnologia da Informação -TI/DITEC/PF.
- 6.1.19. Caso as amostras sejam reprovadas, a empresa licitante deverá recolhê-las no prazo de até 10 (dez) dias corridos e, por ter sido submetida à análise técnica, poderão estar com embalagens e lacres rompidos.
- 6.1.20. Caso a empresa não retire a amostra no prazo estipulado, a Administração descartará ou aproveitará a amostra, de acordo com sua conveniência e oportunidade, não cabendo às empresas ressarcimento ou requerê-las após esse prazo.
- 6.1.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Edital, a proposta do licitante será recusada.

- 6.1.22. O ônus dos custos com envio e retirada das amostras será de total responsabilidade da licitante.
- 6.1.23. Caso solicitado, a não apresentação ou reprovação das amostras desclassificará o licitante, cabendo ao pregoeiro a convocação da licitante remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.
- 6.1.24. A constatação de que a amostra não atende quaisquer das exigências deste Termo de Referência ensejará a desclassificação da licitante para o respectivo item.
- 6.1.25. Será reprovada a amostra apresentada em desacordo com a especificação técnica solicitada e que não apresentar qualidade desejada ou deixar de atender as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.1.26. Não serão aceitos cartuchos de toners e insumos remanufaturados, recondicionados, reciclados, reaproveitados, falsificados ou falsos, sendo considerados como tal o que dispõe a Decisão nº 1622/2002 – Plenário do Tribunal de Contas da União.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

- 8.1.2.responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3.substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4.comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5.manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6.indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
 - 10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos

observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2. multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 11.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 11.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

- 11.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, 09 de maio de 2016.

ALDEMIR COSTA PINTO

Agente Administrativo

Matrícula 12.269

ARMAT/SELOG/DITEC

De acordo,

Em ____ / ____ / ____.

OSVALDO MESSIAS TAVARES TUPINAMBÁ

Perito Criminal Federal

Chefe do SELOG/DITEC/DPF

Aprovo este Termo de Referência para a contratação de empresa especializada para fornecimento, em parcela única, de gêneros alimentícios (açúcar cristal e café torrado) para atender às necessidades da Diretoria Técnico-Científica – DITEC/DPF.

Autorizo a abertura de procedimento licitatório.

JOSÉ JAIR WERMANN

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico – DITEC/DPF

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA
Nº ____/____, QUE FAZEM ENTRE SI O(A)
_____ E A EMPRESA

O(A).....(órgão ou entidade pública Contratante), com sede no(a) , na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 02/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas..

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de suprimento de informática e mídias de armazenamento ópticas e flash (pen drive, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTID ADE	VALOR
1					
2					
3					
...					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de sua publicação no DOU, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ _____(_____).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200406

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 090123

Elemento de Despesa: 339030

PI: PF99900AG16

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de .. - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, _____ de _____ de 2017.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO III

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º XX/2017**

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, inscrito(a) no CPF sob o nºportador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o

julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../200....., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de suprimento de informática e mídias de armazenamento ópticas e flash (pen drive), especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 02/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da publicação do seu extrato no DOU, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA**

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
SERVIÇO DE LOGÍSTICA

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)